

## Relatório de Recursos Contra Prova

### 01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4443		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	17	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**

Ilustríssimo senhor Examinador, venho, respeitosamente, por meio deste recurso, solicitar a revisão da questão de nº.17 pelos fatos e fundamento a seguir:  
 A banca examinadora, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa A da questão de nº 17.  
 A alternativa A da referida questão entende como correta que a classe Receita é o nível máximo de agregação das contas.

Ocorre que conforme o PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, existem 8 classes, sendo elas:  
 1 - ATIVO, 2 - PASSIVO E PL, 3 – VPD, 4 – VPA, 5 – CONTROLES DE APROVAÇÃO, 6 – CONTROLES DE EXECUÇÃO, 7 – CONTROLES DEVEDORES E 8 – CONTROLES CREDORES.  
 Ou seja, o termo receita não é utilizado pelo PCASP, mas sim o termo VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas.

Ante ao exposto, solicito encarecidamente e por gentileza a revisão da questão a fim de uma possível anulação, visto que o PCASP não faz referência ao termo Receita, mas sim Variação Patrimonial Aumentativa.

Sem mais para o momento.  
 Agradeço a atenção.

**Referências:**

A tela abaixo foi extraída do PCASP disponibilizado pela STN através do link:  
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2023/114>

<b>Situação</b>
Questão anulada

**Análise:**

Apesar do recurso apresentado contrariar o item 8.1.3.1. do Edital, uma vez que a argumentação não está amparada nas referências bibliográficas deste concurso, disponibilizadas no endereço eletrônico [www.concursos.ufv.br](http://www.concursos.ufv.br), pois a questão foi elaborada com base nos elementos definidos na NBC TSP - Estrutural Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, a qual adota o termo Receita. O tema está contido na referência que foi amplamente informada aos inscritos no concurso público Edital nº 01/2023-UFV. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9ª Edição - traz o termo Variação Patrimonial Aumentativa, cujo conceito equivale ao de Receita definido na NBC TSP – Estrutura Conceitual (verificar página 167 do MCASP e página 32 da NBC TSP - Estrutura Conceitual). Deste modo, o termo pode ser entendido como Receita conforme se observa nas páginas 160, 167 e 524 do MCASP. Contudo, pelo fato do MCASP ser uma referência mais atualizada optou-se por acatar o recurso do candidato e anular a questão.

## Relatório de Recursos Contra Prova

01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4444		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	32	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**

Ilustríssimo senhor Examinador, venho, respeitosamente, por meio deste recurso, solicitar a revisão da questão de nº.32 pelos fatos e fundamento a seguir:

A banca examinadora, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa B da questão de nº 32.

A alternativa B da referida questão entende como correta que em nenhuma hipótese será permitida a doação ou cessão gratuita, a qualquer título, de bens imóveis das instituições de que trata a Lei 6.120/74.

Ocorre que a alternativa C também está prevista nas regras sobre a alienação de bens imóveis de instituições federais de ensino estabelecidas na Lei 6.120/74. Está prevista na referida lei, conforme o item B) do Art. 2º:

b) Hipoteca, para garantia de empréstimos contraídos junto a estabelecimentos de crédito oficiais.

Por mais que Lei dispõe sobre a alienação de bens imóveis de instituições federais de ensino que se tornarem desnecessários às suas finalidades e a alternativa C não faz menção aos que se tornarem desnecessários, o enunciado traz que: "segundo as regras...", portanto, de acordo com as regras da referida LEI os imóveis das instituições federais de ensino poderão ser objeto de hipoteca, para garantia de empréstimos contraídos junto a estabelecimentos de crédito oficiais.

Ante ao exposto, solicito encarecidamente e por gentileza a revisão da questão a fim de uma possível anulação.

Sem mais para o momento.

Agradeço a atenção.

**Referências:**

Art. 2º, b) da LEI 6.120/74

<b>Situação</b>
Questão anulada

**Análise:**

Decisão: Deferir o recurso e anular a questão. Referência: Lei 6.120/1974, art. 2º, caput, b / art. 5º.

## Relatório de Recursos Contra Prova

### 01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4446		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	25	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**

25. A caução recebida na modalidade de seguro-garantia para garantir a execução de um serviço em uma determinada universidade pública federal deverá ser registrada. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o sistema de registro:

a) Financeiro. b) Patrimonial. c) Orçamentário. d) Compensação.

De acordo com o MCASP o recebimento de um caução é considerado um ingresso extra orçamentário, representando apenas uma entrada compensatória no ativo e no passivo financeiro (. Ingressos extra orçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extra orçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.

Os ativos e passivos exigíveis da entidade são contas patrimoniais conforme o Plano de Contas Aplicado ao setor público, de natureza PATRIMONIAL. A questão trata do SISTEMA DE REGISTRO do recebimento da caução, que pode ser interpretado como o lançamento contábil de um recebimento da caução, que por sua vez, se dá por um débito no ativo, na conta "CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA", e um crédito no passivo, na conta "VALORES RESTITUÍVEIS", conta esta que, conforme descrição do PCASP "compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria".

A expressão sistema de registro não é usada na literatura proposta pela banca, o que pode levar a mais de uma interpretação. Por isso concluo a questão admite também a resposta de que o sistema de registro é PATRIMONIAL.

**Referências:**

Fonte:

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. 2022, 9ª Edição. Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:41943](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943). Acesso em: 29 mai. 2023.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) - Federação. Disponível em:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2023/114>. Acesso em: 29 mai. 2023.

<b>Situação</b>
Questão mantida

**Análise:**

O sistema de compensação é o responsável pelo controle dos atos administrativos em que estiver envolvida a administração pública dentro do que estabelece o art. 87 e o parágrafo 5º do art. 105 da Lei nº 4.320/64. Verificar na referência bibliográfica publicada no Edital: KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2016, pág. 115.

## Relatório de Recursos Contra Prova

01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4447		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	32	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**

A questão admite duas respostas, a alternativa B, e a C. Por isso sugiro a anulação da mesma:  
 De acordo com o Art 5º da Lei 6.120/74, Em nenhuma hipótese será permitida a doação ou cessão gratuita, a qualquer título, de bens imóveis das instituições de que trata esta Lei. (A ALTERNATIVA B EXPRESSA A LITERALIDADE DO ARTIGO 5º DA REFERIDA LEI)  
 De acordo com o Art 2º da Lei 6.120/74 Os imóveis de que trata esta Lei (bens imóveis de instituições federais de ensino) poderão ainda ser objeto de:  
 b) Hipoteca, para garantia de empréstimos contraídos junto a estabelecimentos de crédito oficiais; (A ALTERNATIVA C EXPRESSA A LITERALIDADE DO ARTIGO 2º DA REFERIDA LEI)

**Referências:**

Fonte:  
 BRASIL. Lei nº 6.120 de 15 de out. de 1974. Dispõe sobre a alienação de bens imóveis de instituições federais de ensino e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília DF, 16. Out. 1974. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6120.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6120.htm). Acesso em: 29 mai. 2023.

<b>Situação</b>
Questão anulada

**Análise:**

Decisão: Deferir o recurso e anular a questão. Referência: Lei 6.120/1974, art. 2º, caput, b / art. 5º.

## Relatório de Recursos Contra Prova

01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4448		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	32	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**

A QUESTÃO DE Nº 32 DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA TÉCNICO EM CONTABILIDADE APRESENTA DUAS RESPOSTAS CORRETAS PARA A QUESTÃO AO INVÉS DE UMA APENAS. AS ALTERNATIVAS DE LETRA B E LETRA C ESTÃO CORRETAS DE ACORDO COM A LEI 6.120.

**Referências:**

LEI 6120 DE 15 DE OUTUBRO DE 1974.

Art 2º Os imóveis de que trata esta Lei poderão ainda ser objeto de:

\* b) Hipoteca, para garantia de empréstimos contraídos junto a estabelecimentos de crédito oficiais;

Art 5º Em nenhuma hipótese será permitida a doação ou cessão gratuita, a qualquer título, de bens imóveis das instituições de que trata esta Lei.

<b>Situação</b>
Questão anulada

**Análise:**

Decisão: Deferir o recurso e anular a questão Referência: Lei 6.120/1974, art. 2º, caput, b / art. 5º.

## Relatório de Recursos Contra Prova

01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4450		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	30	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**

A QUESTÃO DE Nº 30 NÃO APRESENTA APENAS UMA ALTERNATIVA VERDADEIRA COMO PEDE O ENUNCIADO, OU SEJA, APRESENTA APENAS TRES ALTERNATIVAS VERDADEIRAS E UMA ERRADA. PORTANTO NO ENUNCIADO NÃO APRESENTOU A PALAVRA EXCETO SE É QUE QUERIAM A ALTERNATIVA ERRADA.

**Referências:**

LEI 14133 DE 2021.

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

<b>Situação</b>
Questão mantida

**Análise:**

Decisão: Indeferir o recurso e manter o gabarito Referência: Lei 14.133/2021, art. 71, I, II, III, IV.

## Relatório de Recursos Contra Prova

01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4456		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	32	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**

Comissão Organizadora do Concurso da Universidade Federal de Viçosa (UFV)  
 Assunto: Interposição de recurso - Questão nº 32 - Concurso para Técnico em Contabilidade.  
 Prezados membros da Comissão Organizadora do Concurso,  
 Escrevo-lhes com o intuito de interpor um recurso referente à questão número 32 do concurso para Técnico em Contabilidade, realizado sob a responsabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV).  
 Após analisar cuidadosamente a referida questão, verifiquei que a resposta apontada como correta pela banca examinadora foi a alternativa "B". No entanto, argumento que a alternativa "C" também é considerada correta.  
 Minha justificativa baseia-se nos seguintes argumentos:  
 De acordo com a LEI Nº 6.120, DE 15 DE OUTUBRO DE 1974.  
 Art 2º Os imóveis de que trata esta Lei poderão ainda ser objeto de:  
 a) Permuta, sob condições especiais;  
 b) Hipoteca, para garantia de empréstimos contraídos junto a estabelecimentos de crédito oficiais  
 c) ...  
 conclui-se que a questão de nº 32 possuem duas resposta verdadeira.  
 Desde já agradeço e espero retorno.

**Referências:**

LEI Nº 6.120, DE 15 DE OUTUBRO DE 1974.  
 Art 2º

<b>Situação</b>
Questão anulada

**Análise:**

Decisão: Deferir o recurso e anular a questão Referência: Lei 6.120/1974, art. 2º, caput, b / art. 5º.

## Relatório de Recursos Contra Prova

01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4462		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	32	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**

A questão pede para assinalar a assertiva correta a respeito da alienação de bens imóveis das instituições federais de ensino, conforme Lei 6.120/1974. Observando o disposto no artigo 2º, alínea b e artigo 5º do referido diploma normativo, a questão apresenta duas alternativas corretas (letras B e C). Logo, o presente recurso visa solicitar a ANULAÇÃO da Questão 32 em virtude de existência de duas alternativas corretas. Em anexo, documento com a marcação do referido diploma normativo e a questão.

**Referências:**

BRASIL. Lei nº 6.120 de 15 de out. de 1974. Dispõe sobre a alienação de bens imóveis de instituições federais de ensino e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília DF, 16. Out. 1974. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6120.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6120.htm).

**Situação**

Questão anulada

**Análise:**

Decisão: Deferir o recurso e anular a questão Referência: Lei 6.120/1974, art. 2º, caput, b / art. 5º.



## Relatório de Recursos Contra Prova

01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4486		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	11	Português Nível Médio	

**Justificativa:**

Coesão lexical

A coesão lexical ocorre quando um termo é substituído por outro dentro do texto. Esse tipo de coesão estabelece uma relação de sinonímia, antonímia, hiponímia ou hiperonímia. Por meio de sinônimos, pronomes, heterônimos ou hipônimos, que estabelecem uma corrente de sentido fazendo remissão às mesmas ideias por meio de diferentes termos.

Dessa forma, a coesão lexical usa palavras ou expressões análogas para substituir termos já utilizados e para identificar e nomear elementos textuais que já foram citados.

Esse tipo de coesão textual é essencial para manutenção da unidade temática do texto que necessita de uma carga de redundância. A coesão lexical constrói uma cadeia de sentidos fazendo remissão das mesmas ideias através de diferentes expressões.

**Referências:**

<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/coesao-textual>

<b>Situação</b>
Questão mantida

**Análise:**

A resposta correta da questão 11 da Prova de Língua Portuguesa é a letra C, em razão de a expressão sublinhada indicar um mecanismo de coesão textual referente à progressão de ideias (denominado de sequencial). A questão está em conformidade com a Bibliografia indicada no Edital e deve ser mantida.

## Relatório de Recursos Contra Prova

### 01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4488		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	19	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**
**CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CONTABILIDADE PÚBLICA**

A Contabilidade Pública - seja na área Federal, Estadual, Municipal ou no Distrito Federal - tem como base a Lei 4.320/1964, que instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A Lei 4.320/1964 está para a Contabilidade aplicada à administração pública assim como a Lei das Sociedade por Ações (Lei 6.404/1976) está para a Contabilidade aplicada à atividade empresarial.

A Contabilidade Pública registra a previsão da receita e a fixação da despesa, estabelecidas no Orçamento Público aprovado para o exercício, escritura a execução orçamentária da receita e da despesa, faz a comparação entre a previsão e a realização das receitas e despesas, controla as operações de crédito, a dívida ativa, os valores, os créditos e obrigações, revela as variações patrimoniais e mostra o valor do patrimônio.

A Contabilidade pública está interessada também em todos os atos praticados pelo administrador, sejam de natureza orçamentária (previsão da receita, fixação da despesa, empenho, descentralização de créditos etc.) ou sejam meramente administrativos (contratos, convênios, acordos, ajustes, avais, fianças, valores sob responsabilidade, comodatos de bens, etc.) representativos de valores potenciais que poderão afetar o patrimônio no futuro.

O objeto de qualquer contabilidade é o patrimônio. A Contabilidade Pública não está interessada somente no patrimônio e suas variações, mas, também, no orçamento e sua execução (previsão e arrecadação da receita e a fixação e a execução da despesa).

A Contabilidade Pública, além de registrar todos os fatos contábeis (modificativos, permutativos e mistos), registra os atos potenciais praticados pelo administrador, que poderão alterar qualitativa e quantitativamente o patrimônio.

**Referências:**

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)

<b>Situação</b>
Questão mantida

**Análise:**

A questão foi elaborada com base no Capítulo III, artigos 94, 95 e 96 da Lei nº 4.320/64, que podem ser verificados na referência bibliográfica publicada no Edital. Seguem transcritos os artigos referenciados: CAPÍTULO III Da Contabilidade Patrimonial e Industrial Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração. Art. 95 A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis. Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

## Relatório de Recursos Contra Prova

### 01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4491		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	23	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**

Sugiro anulação por dois motivos:

A questão, ao colocar a operação referente a "incorporação de um bem imóvel doado", leva o concursando a entender que a entidade recebeu um imóvel em doação, e de acordo com a página 284 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, somente as doações recebidas em dinheiro são consideradas receitas orçamentárias. Os recebimentos de bens em doação, apesar de serem uma variação patrimonial aumentativo, não são considerados como impactantes no resultado financeiro.

Outras bancas cobraram que cobraram o mesmo assunto (Doações recebidas na forma bens), tem o mesmo entendimento, que elas não interferem no resultado do exercício. Mesmo que não seja a sugestão de biografia da banca, coloquei os links de algumas das questões para simples verificação aqui mesmo na justificativa, e referenciei também o MCASP que faz essa mesma constatação.

Questões semelhantes:

- 1 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS - COPEVE (UFAL) - 2022. QUESTÃO 97.
- 2 - Analista Judiciário - Contabilidade - TRE/BA - 2017 - QUESTAO 40.

Outro ponto, é que o concursando, por não chegar na conclusão do resultado financeiro, pela falta de inclusão do imóvel recebido em doação, perde tempo calculando o resultado via outras demonstrações, como por exemplo pela DVP, já que a questão pede de forma genérica o resultado, sem especificar que é o resultado financeiro.

Voltei a recalculer o financeiro, e quando comecei a pensar, que os restos a pagar de 2021 poderiam ser exatamente o saldo de exercício anterior, (A QUESTÃO NÃO DEU ESSA INFORMAÇÃO, QUE GERALMENTE É DISPONIBILIZADA, É COMO SE A BANCA TIVESSE MISTURADO AS DUAS FORMAS PREVISTAS NO MCASP DE SE CALCULAR O RESULTADO FINANCEIRO) o tempo já havia se esgotado.

Em resumo, a questão está mal formulada.

**Referências:**

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. 2022, 9ª Edição. Página 284. Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:41943](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943). Acesso em: 29 mai. 2023.

<b>Situação</b>
Questão mantida

**Análise:**

A gestão do tempo para a realização da prova do concurso é de inteira responsabilidade do candidato. A incorporação de bens móveis doados envolve um aumento no ativo (bens móveis) e conseqüente aumento no patrimônio líquido, pois se trata de uma doação recebida. Deve ser registrada como variação patrimonial ativa extraorçamentária. A resolução da questão demandava os conhecimentos necessários para a elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) conforme a Lei nº 4.320/64 publicada no Edital dentre as referências bibliográficas.

## Relatório de Recursos Contra Prova

01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4493		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	28	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**

§ 5o Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

I - produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras; e (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015)  
(Vigência)

II - bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação

**Referências:**

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)

<b>Situação</b>
Questão mantida

**Análise:**

Decisão: Indeferir o recurso manter o gabarito. Referência: Lei 14.133/2021, art. 41, I, a, b, c, d.

## Relatório de Recursos Contra Prova

01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4494		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	30	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

- I - preparatória;
- II - de divulgação do edital de licitação;
- III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- IV - de julgamento;
- V - de habilitação;
- VI - recursal;
- VII - de homologação.

**Referências:**

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm?origin=instituicao](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm?origin=instituicao)

<b>Situação</b>
Questão mantida

**Análise:**

Decisão: Indeferir o recurso e manter o gabarito Referência: Lei 14.133/2021, art. 71, I, II, III, IV.

## Relatório de Recursos Contra Prova

01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4495		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	20	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**

5. A escrituração em forma contábil de que trata o item anterior deve conter, no mínimo:

- a) data do registro contábil, ou seja, a data em que o fato contábil ocorreu na entidade;
- b) conta devedora;
- c) conta credora

**Referências:**

[https://www.cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBCT\\_2.pdf](https://www.cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBCT_2.pdf)

<b>Situação</b>
Questão mantida

**Análise:**

As informações apresentadas na questão são suficientes para a interpretação do lançamento contábil. A questão foi elaborada com base nos exemplos de lançamentos extraídos da referência bibliográfica publicada no Edital: KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

## Relatório de Recursos Contra Prova

### 01/2023/PGP - Concurso Público para cargos técnico-

<b>Protocolo</b>		<b>Nome</b>	
4529		*****	
<b>Campus</b>		<b>CPF</b>	<b>Passaporte</b>
Campus Viçosa		*****	*****
<b>Cargo / Curso</b>			
Técnico em Contabilidade			
<b>Gabarito</b>	<b>Questão</b>	<b>Prova</b>	
1	19	Específico Técnico em Contabilidade	

**Justificativa:**

Prezada Comissão Avaliadora,

Venho por meio deste interpor recurso referente à questão 19 do concurso para Técnico em Contabilidade, que trata sobre um objetivo da Contabilidade Patrimonial determinado pela Lei 4.320/64.

A questão em questão apresenta as seguintes alternativas:

a) Evidenciar, em seus registros, as despesas empenhadas e as despesas realizadas, à conta dos mesmos créditos.

b) Evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes e as dotações disponíveis.

c) Registrar as receitas e as despesas de acordo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos créditos adicionais.

d) Registrar, analiticamente, todos os bens de caráter permanente e indicar os elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um.

Argumento que nenhuma das alternativas apresentadas reflete corretamente um objetivo da Contabilidade Patrimonial determinado pela Lei 4.320/64. A referida lei estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, mas não especifica objetivos específicos da Contabilidade Patrimonial.

A Contabilidade Patrimonial abrange a gestão e o controle dos ativos, passivos e patrimônio líquido de uma entidade. Seus objetivos podem variar, mas comumente incluem o registro, análise e controle dos bens patrimoniais, a determinação de depreciação e amortização, o acompanhamento das variações patrimoniais e a produção de informações úteis para a tomada de decisões.

Portanto, solicito a revisão da questão, considerando que nenhuma das alternativas apresentadas corresponde a um objetivo da Contabilidade Patrimonial determinado pela Lei 4.320/64.

Agradeço a atenção e consideração.

**Referências:**

Lei 4320/64

<b>Situação</b>
Questão mantida

**Análise:**

A questão foi elaborada com base no Capítulo III, artigos 94, 95 e 96 da Lei nº 4.320/64, que podem ser verificados na referência bibliográfica publicada no Edital. Seguem transcritos os artigos referenciados: CAPÍTULO III Da Contabilidade Patrimonial e Industrial Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração. Art. 95 A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis. Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.